



4º Simulado

Magistratura TJ SP

Simulado TJ-SP

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJ-SP;
- 2 - A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 - Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 - Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 - O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 - Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJSP-Magistratura-02-10>

01 - A B C D	21 - A B C D	41 - A B C D	61 - A B C D	81 - A B C D
02 - A B C D	22 - A B C D	42 - A B C D	62 - A B C D	82 - A B C D
03 - A B C D	23 - A B C D	43 - A B C D	63 - A B C D	83 - A B C D
04 - A B C D	24 - A B C D	44 - A B C D	64 - A B C D	84 - A B C D
05 - A B C D	25 - A B C D	45 - A B C D	65 - A B C D	85 - A B C D
06 - A B C D	26 - A B C D	46 - A B C D	66 - A B C D	86 - A B C D
07 - A B C D	27 - A B C D	47 - A B C D	67 - A B C D	87 - A B C D
08 - A B C D	28 - A B C D	48 - A B C D	68 - A B C D	88 - A B C D
09 - A B C D	29 - A B C D	49 - A B C D	69 - A B C D	89 - A B C D
10 - A B C D	30 - A B C D	50 - A B C D	70 - A B C D	90 - A B C D
11 - A B C D	31 - A B C D	51 - A B C D	71 - A B C D	91 - A B C D
12 - A B C D	32 - A B C D	52 - A B C D	72 - A B C D	92 - A B C D
13 - A B C D	33 - A B C D	53 - A B C D	73 - A B C D	93 - A B C D
14 - A B C D	34 - A B C D	54 - A B C D	74 - A B C D	94 - A B C D
15 - A B C D	35 - A B C D	55 - A B C D	75 - A B C D	95 - A B C D
16 - A B C D	36 - A B C D	56 - A B C D	76 - A B C D	96 - A B C D
17 - A B C D	37 - A B C D	57 - A B C D	77 - A B C D	97 - A B C D
18 - A B C D	38 - A B C D	58 - A B C D	78 - A B C D	98 - A B C D
19 - A B C D	39 - A B C D	59 - A B C D	79 - A B C D	99 - A B C D
20 - A B C D	40 - A B C D	60 - A B C D	80 - A B C D	100 - A B C D

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. Em relação às disposições testamentárias, é nula a disposição:

- a) que se refira a pessoa incerta, ainda que a identidade se possa averiguar;
- b) que não permita ao herdeiro fixar o valor do legado;
- c) que favoreça a testemunha do testamento;
- d) que favoreça a pessoa incerta, exceto quando a um terceiro for determinado que a indique.

02. Francisco sofreu um acidente de carro ainda quando jovem e, em razão de pancadas que recebeu na cabeça, desenvolveu um quadro moderado de esquizofrenia. Em razão disso, Francisco:

- a) não poderá se casar;
- b) será considerado absolutamente incapaz;
- c) será considerado relativamente incapaz;
- d) será considerado plenamente capaz para os atos da vida civil.

03. São impenhoráveis os seguintes bens e direitos, exceto:

- a) os valores oriundos de empréstimo consignado;
- b) os valores oriundos de pensão por morte;
- c) os valores oriundos de empréstimo consignado em que o mutuário comprovar que os recursos são necessários à de sua manutenção e de sua família;
- d) os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei.

04. Uma grande represa situada no Estado X rompeu em razão da falta de manutenção e fiscalização pelos órgãos responsáveis, o que caberia principalmente ao Poder Público estadual. Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que:

- a) será subjetiva, em qualquer situação;
- b) seria objetiva, bem como a do agente omissivo;
- c) é excluída quando verificada a culpa exclusiva do agente;
- d) é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa.

05. Após a abertura da sucessão definitiva, caso o ausente não retorne e nenhum interessado promova a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município quando passados:

- a) oito anos;
- b) cinco anos;
- c) dez anos;
- d) três anos.

06. O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfez-se com a tradição do objeto, perfazendo-se com a tradição do objeto. Em relação a essa modalidade de contrato, é correto afirmar que:

- a) se não tiver prazo convencional, restará presumido que será pelo tempo necessário para o uso concedido;
- b) o comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada;
- c) se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, serão individualmente responsáveis por esta em relação ao comodante;
- d) os tutores poderão dar em comodato bens confiados à sua guarda independentemente de autorização especial.

07. Em relação à mora, é correto afirmar que:

- a) apenas o devedor poderá estar em mora;
- b) apenas o credor poderá estar em mora;
- c) não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora;
- d) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde a interpelação judicial ou extrajudicial.

08. Em relação ao testamento, suas modalidades e peculiaridades, é correto afirmar que:

- a) são dispensadas testemunhas no testamento cerrado;
- b) é válido o testamento particular que, a despeito de não ter sido assinado de próprio punho pela testadora, contou com a sua impressão digital;
- c) é proibido o testamento conjuntivo, salvo se for recíproco;
- d) o testamento público não terá validade se o testador não souber assinar.

09. Beltrano, Cicrano e Fulano são credores solidários de Hermes de uma quantia de dois mil reais. Quanto a essa situação, é correto afirmar que:

- a) Hermes deverá aguardar algum credor lhe cobrar para que saiba a quem pagar;
- b) se Beltrano tiver remitido a dívida em favor de Hermes, responderá aos outros credores pela parte que lhes caiba;
- c) se houver alguma exceção pessoal de Hermes em relação a Cicrano, então também poderá opor ela a Beltrano e a Fulano;
- d) será necessário que todos os credores cobrem simultaneamente de Hermes os dois mil reais.

10. Pedro pagou todos os custos referentes à regularidade de seu veículo e de sua carteira de motorista no corrente ano, o que inclui o seguro DPVAT. Por força do destino, mas já com tudo regular, Pedro se envolveu em um acidente com outros dois carros.

Sempre muito relaxado, deixando as coisas para a última hora, Pedro espera quatro anos para, na situação de beneficiário, acionar o seguro DPVAT a fim de cobrir uma parte das despesas que fez à época.

Ao consultar um advogado, Pedro recebe a correta orientação sobre o prazo para ação do referido seguro, que deverá ser:

- a) de dez anos, já que é uma responsabilidade contratual;
- b) de três anos, já que é uma responsabilidade extracontratual;
- c) de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- d) de cinco anos, já que é dívida líquida.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Henrique da Rosa

11. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a lei 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

- a) O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) entidade judicante com jurisdição em todo o território nacional, que se constitui em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, com sede e foro no Distrito Federal.
- b) O Tribunal Administrativo de Defesa Econômica é órgão do CADE.
- c) A Superintendência-Geral é órgão do Cade.
- d) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica é órgão do Cade.

12. Sobre as ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos no CDC, é correto afirmar:

- a) O Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará sempre que possível, como fiscal da lei.
- b) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local do foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local.
- c) Em caso de procedência do pedido, a condenação será específica e limitada, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.
- d) A liquidação e a execução de sentença somente poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores.

13. Assinale a alternativa incorreta em relação ao Decreto 6.523/08, que regulamenta o SAC (Serviço de atendimento ao Consumidor)

a) Compreende-se por SAC o serviço de atendimento telefônico das prestadoras de serviços regulados que tenham como finalidade resolver as demandas dos consumidores sobre informação, dúvida, reclamação, suspensão ou cancelamento de contratos e de serviços.

b) As ligações para o SAC poderão ser gratuitas ou tarifadas e o atendimento das solicitações e demandas previsto neste Decreto não deverá resultar em qualquer ônus para o consumidor.

c) O SAC garantirá ao consumidor, no primeiro menu eletrônico, as opções de contato com o atendente, de reclamação e de cancelamento de contratos e serviços.

d) O consumidor não terá a sua ligação finalizada pelo fornecedor antes da conclusão do atendimento.

14. Em relação aos contratos de adesão, previstos no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

a) A inserção de cláusula no formulário desfigura a natureza de adesão do contrato.

b) Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar seu conteúdo.

c) Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.

d) As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor poderão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.

15. Assinale a alternativa em desacordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça em sede de direito do consumidor:

a) A condenação por danos a mercadoria ou carga em transporte aéreo internacional está sujeita aos limites previstos nas convenções e tratados internacionais, sendo inaplicável o Código de Defesa do Consumidor.

b) A depender do caso, o erro grosseiro de carregamento no sistema de preços e a rápida comunicação ao consumidor podem afastar a falha na

prestaçao do serviço e o princípio da vinculação da oferta.

c) A ausência de informação relativa ao preço, por si só, caracteriza publicidade enganosa.

d) É abusiva a publicidade de alimentos direcionada, de forma explícita ou implícita, ao público infantil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

16. Sobre o direito probatório, assinale a alternativa correta:

a) A recusa imotivada da parte investigada — mesmo que sejam os herdeiros do suposto pai — a se submeter ao exame de DNA gera presunção relativa de paternidade, como determina a Súmula 301 do Superior Tribunal de Justiça.

b) O CPC adotou, como regra, a distribuição dinâmica do ônus da prova.

c) A inversão convencional do ônus da prova não pode ser objeto de acordo antes do processo.

d) Não é cabível agravo de instrumento em face das decisões interlocutórias que versarem sobre redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º.

17. No que se refere à arguição de falsidade como instrumento processual para impugnação de documentos, assinale a opção correta:

a) A falsidade documental pode ser suscitada em contestação, na réplica ou no prazo de dez dias úteis, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos.

b) De acordo com o STJ, a arguição de falsidade é o meio adequado para impugnar a falsidade material do documento, mas não de falsidade ideológica.

c) Após os momentos processuais da contestação e da réplica, se arguida a falsidade, esta será autuada como incidente em apartado e, nesse caso, o juiz suspenderá o processo principal.

d) Uma vez arguida, a falsidade documental será resolvida como questão incidental; contudo, é possível que a parte suscitante requeira ao juiz que a decida como questão principal, independentemente de concordância da parte contrária.

18. Analise as assertivas a seguir a respeito da sentença e da coisa julgada e avalie a sua veracidade de acordo com a legislação e com a jurisprudência:

I- De acordo com o STJ, a decisão que comina astreintes não preclui e não faz coisa julgada. A multa cominatória é apenas um meio de coerção indireta ao cumprimento do julgado, podendo ser cominada, alterada ou suprimida posteriormente.

II- Se o autor der causa, por 2 (duas) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.

III- A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) I e II.

19. A ampliação objetiva dos limites da coisa julgada à questão prejudicial pode ser feita de ofício pelo juiz, desde que

a) da resolução dessa questão não dependa o julgamento de mérito, e que o contraditório, nesse caso, seja prévio e efetivo e o juiz seja competente em razão da matéria e do lugar, mas essa ampliação não pode ocorrer em processos que possuam limitação da cognição ou restrições probatórias.

b) exista contraditório prévio e efetivo, mesmo que o juiz não seja competente em razão da pessoa. Se houver limitação da cognição que impeça o aprofundamento da análise dessa questão prejudicial, o juiz deverá adaptar o procedimento para que essa limitação desapareça, mediante prévia consulta às partes.

c) da resolução dessa questão dependa o julgamento de mérito, mas o contraditório precisa ser prévio e efetivo e o juiz precisa ser competente em razão da matéria e da pessoa, porém, essa ampliação não pode ocorrer se o réu for revel ou em processos que possuam limitações da cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial ou restrição probatória.

d) exista contraditório prévio e efetivo, mesmo que o juiz não seja competente em razão da matéria ou em razão do lugar, no entanto, se houver limitação da cognição que impeça o aprofundamento da análise dessa questão prejudicial, essa ampliação não pode ocorrer.

20. Quanto aos Procedimentos Especiais e sua disciplina no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A modalidade de consignação em pagamento extrajudicial prevista no parágrafo primeiro do art. 539 do Código de Processo Civil não é obrigatória, constituindo-se em faculdade do devedor fazer uso dessa ferramenta legal.
- b) Requerer-se-á a consignação no domicílio do credor, em qualquer hipótese.
- c) A legitimidade ativa para a propositura da ação de consignação é do devedor, não se estendendo a terceiro.
- d) Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, diante do rito especial previsto para a ação de consignação e pagamento, torna-se inviável a cumulação do pedido consignatório com outros pedidos no mesmo processo.

21. Acerca das ações possessórias, assinale a alternativa correta.

- a) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.
- b) É ilícito ao autor cumular ao pedido possessório pedido de condenação em perdas e danos ou indenização dos frutos, tendo em vista a incompatibilidade dos ritos entre as demandas.
- c) É ilícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
- d) Na pendência de ação possessória é autorizado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, ainda que em face ou não de terceira pessoa.

22. Sobre as impenhorabilidades, marque a alternativa incorreta:

- a) É possível a penhora das verbas salariais do devedor para pagamento de outras dívidas, além da prestação alimentícia, desde que essa penhora preserve um valor que seja suficiente para o devedor e sua família continuarem vivendo com dignidade.
- b) De acordo com o STJ, é possível a penhora de restituição do IR caso este se mostre apenas como um reforço financeiro e não destinado ao pagamento de necessidades básicas do devedor.
- c) São impenhoráveis os equipamentos, os implementos e as máquinas agrícolas pertencentes a pessoa física ou a empresa individual produtora rural, exceto quando tais bens tenham sido objeto de financiamento e estejam vinculados em garantia a negócio jurídico ou quando respondam por dívida de natureza alimentar, trabalhista ou previdenciária.
- d) A pequena propriedade rural é impenhorável (art. 5º, XXVI, da CF/88 e o art. 833, VIII, do CPC) exceto se a dívida executada não for oriunda da atividade produtiva do imóvel.

23. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar sobre o cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.

- a) A execução provisória de crédito de natureza alimentar não afasta a necessidade de o exequente prestar caução para a garantia do juízo.
- b) No cumprimento provisório de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa não serão devidos multa e honorários advocatícios, podendo a parte vencedora requerer a sua incidência quando do cumprimento definitivo.
- c) A anulação ou modificação da sentença exequenda implica o desfazimento da transferência de posse ou da alienação de propriedade ou de outro direito real eventualmente já realizado.
- d) Poderá ser dispensada a caução para o levantamento de quantia em dinheiro quando a sentença exequenda estiver em conformidade com acórdão proferido no julgamento de casos repetitivos.

24. Sobre a penhora de frutos e rendimentos de coisa imóvel, assinale a afirmação correta:

- a) Ordenada a penhora de frutos e rendimentos, o juiz nomeará administrador depositário, permanecendo o executado com o direito de gozo do bem.
- b) O exequente providenciará a averbação no ofício imobiliário mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial.
- c) A penhora terá eficácia perante terceiros com a simples publicação da decisão que a concede, sendo desnecessária a averbação no ofício imobiliário.
- d) O juiz jamais poderá nomear como administrador-depositário o próprio exequente, sob pena de ferir o princípio da isonomia e do tratamento igualitário das partes.

25. Acerca das diversas espécies de execução previstas no Código de Processo Civil vigente, assinale a alternativa correta.

- a) Nas obrigações alternativas, quando a escolha couber ao devedor, esse será citado para exercer a opção e realizar a prestação dentro de 30 (trinta) dias, se outro prazo não lhe foi determinado em lei ou em contrato.
- b) Na execução, o despacho que ordena a citação interrompe a prescrição, ainda que proferido por juiz incompetente.
- c) É anulável a execução se o título executivo extrajudicial não corresponder a obrigação certa, líquida e exigível.
- d) Quando, por vários meios, o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos oneroso para o exequente.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. O artigo 78 do Estatuto da Criança e do Adolescente tem a seguinte redação: “As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo”.

No Recurso Especial nº 1.584.134, o Superior Tribunal de Justiça interpretou esse dispositivo. Sobre esse dispositivo, tomando em conta a interpretação firmada no precedente, assinale a alternativa correta:

- a) O STJ fixou entendimento de que essa norma se aplica apenas ao comerciante direto, quer dizer, àquele com o qual a criança ou adolescente tem potencial contato direto.
- b) Em caso de descumprimento dessa norma, o responsável poderá ser punido na seara penal, de acordo com previsão do Estatuto.
- c) O descumprimento dessa norma implica em infração administrativa, apenada com multa, mas não cabe a apreensão dos produtos.
- d) De acordo com o STJ, essa previsão se estende às editoras, transportadoras, distribuidoras e ao comerciante direto.

27. O Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe a venda de alguns produtos a crianças e adolescentes. Alguns deles, se bem que, a princípio, sejam proibidos, podem ser vendidos a crianças e adolescentes quando tiverem reduzido potencial lesivo. Assinale a alternativa que indica produto abarcado por essa ressalva:

- a) explosivo.
- b) bebida alcóolica.
- c) produto que possa causar dependência psíquica em caso de utilização indevida.
- d) fogos de artifício.

28. A respeito das medidas socioeducativas e do seu procedimento, assinale a alternativa correta:

- a) A medida que tiver sido aplicada por força de remissão pode ser revista judicialmente até o trânsito em julgado da decisão, mediante pedido expresso do

adolescente ou de seu representante legal ou, ainda, do Ministério Público.

b) A medida de reparação dos danos é uma medida socioeducativa expressa no ECA para os casos em que o ato infracional tem reflexos patrimoniais, devendo a autoridade determinar ao adolescente que restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano ou, por qualquer outra forma, compense o prejuízo da vítima, vedada, salvo com a concordância da vítima, a substituição por outra medida.

c) O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início da aplicação da medida ou como forma de transição para o meio aberto, com a possibilidade de realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial, e não comporta prazo determinado, adotando-se, no que couber, as regras de internação.

d) A concessão da remissão, em qualquer etapa da apuração do ato infracional ou fase do procedimento, resulta na exclusão do feito, desde que demonstrada a pertinência da medida em relação às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, à personalidade do adolescente, e, sobretudo, à maior ou menor participação no ato infracional.

29. A respeito das disposições da Lei do SINASE, assinale a alternativa correta:

- a) a autoridade judiciária é responsável por selecionar e credenciar as entidades assistenciais que desenvolvam programas em meio aberto.
- b) a reavaliação das medidas socioeducativas pode ser solicitada a qualquer tempo pelo adolescente, por seus pais ou responsável, pelo Ministério Público, pelo Defensor ou pela direção do programa de atendimento.
- c) juiz da infância e juventude, examinando o caso de socioeducando de 18 anos, verifica que o jovem está respondendo a processo criminal. Nesse caso, o juiz deve extinguir a execução da medida socioeducativa, cientificado o juízo criminal competente.
- d) o Plano Individual de Atendimento (PIA) será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do juiz responsável pela execução da medida socioeducativa, com a participação do Ministério Público e da Defensoria Pública.

30. É medida prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente aplicável aos pais ou responsável, EXCETO:

- a) a obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado.
- b) o dever de comparecer em juízo para informar e justificar as atividades.
- c) advertência.
- d) perda da guarda.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

31. Quanto à eficácia da sentença estrangeira, é correto afirmar que:

- a) A condenação no exterior não pode ensejar a reincidência se novo fato delituoso for praticado no Brasil.
- b) É imprescindível que haja a homologação da sentença penal estrangeira, para sua execução no Brasil, quando houver imposição de medida de segurança.
- c) No caso de reparação do dano, restituições e outros efeitos civis, a homologação da sentença estrangeira depende de requisição do Ministro da Justiça.
- d) A competência para homologação de sentenças estrangeiras pertence ao Supremo Tribunal Federal.

32. Quanto à aplicação da pena, é correto afirmar que:

- a) Com base nas circunstâncias judiciais, juiz estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, as penas aplicáveis dentre as cominadas, a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos e o regime inicial de cumprimento de pena privativa de liberdade e a substituição da pena privativa de liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.
- b) Caso o juiz considere que, em virtude da situação econômica do réu, a multa é ineficaz, a multa ela pode ser aumentada até o triplo, desde que não ultrapasse o máximo.
- c) Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, não computando, contudo, o período de prova da suspensão ou do livramento condicional.
- d) O método trifásico se inicia com a fase das circunstâncias judiciais, prevista no artigo 59 do Código Penal. Na sequência, há a aplicação das causas de aumento e de diminuição de pena, com a estipulação da pena intermediária. Por fim, a terceira fase envolve a aplicação das agravantes e das atenuantes.

33. Quanto aos crimes contra a pessoa, é correto afirmar que:

- a) Para a configuração do crime de exposição ou abandono de recém-nascido, exige-se a comprovação do dolo genérico, não respondendo o agente pelo crime na modalidade culposa.
- b) No crime de abandono de incapaz, a pena é aumentada de um terço se a vítima é menor de 14 (quatorze) anos.
- c) O agente que produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita pratica a forma majorada do crime de invasão de dispositivo informático.
- d) É forma equiparada ao crime de redução à condição análoga à de escravo o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

34. Quanto aos crimes contra o patrimônio, é correto dizer:

- a) O crime de fraudar a execução, alienando, desviando, destruindo ou danificando bens, ou simulando dívidas se processa mediante ação penal pública incondicionada.
- b) No crime de receptação qualificada, o juiz pode deixar de aplicar a pena se o agente for primário.
- c) Aumenta-se de um terço se o crime de estelionato é cometido contra o idoso.
- d) Comete o crime de receptação de animal o agente que adquire, recebe, transporta, conduz, oculta, tem em depósito ou vende, com a finalidade de produção ou de comercialização, semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes, que deve saber ser produto de crime.

35. Quanto aos princípios do Direito Penal, é correto dizer:

- a) O princípio da adequação social funda-se na legítima expectativa de que os demais indivíduos da sociedade agirão em conformidade com as regras sociais.
- b) O princípio da individualização da pena determina que a pena não pode passar da pessoa do condenado.
- c) Como decorrência do princípio da exclusiva proteção do bem jurídico, só se pode criminalizar condutas que representem uma violação de bens jurídicos tutelados pela sociedade.
- d) Conforme o princípio da pessoalidade ou da personalidade, o Direito Penal não deve se ocupar de atitudes meramente internas, que não apresentem potencial de lesionar o bem jurídico.

36. Quanto aos crimes contra a fé pública, é correto dizer:

- a) No crime de moeda falsa, incide a forma privilegiada se o agente, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação (repassar de novo ou retransmitir a outrem como moeda verdadeira), depois de conhecer a falsidade.
- b) Aquele que usa, guarda, possui ou detém qualquer dos papéis falsificados a que se refere o artigo 293 do código Penal comete o crime de falsificação de papéis públicos na sua forma qualificada.

c) No crime de falsificação de papéis públicos, se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de um terço.

d) Por se tratar de crime material, o STJ entende indispensável a realização de exame pericial no crime de falsidade ideológica.

37. Quanto aos crimes contra a fé pública, é correto dizer:

- a) Comete o crime de falsa identidade o delegado que emite cédula de registro de identidade com nome falso para um amigo.
- b) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa.
- c) De acordo com o Código Penal, quem insere ou faz inserir na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório comete o crime de falsidade ideológica.
- d) Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem se consubstancia no crime de falsidade ideológica.

38. Quanto aos crimes contra a incolumidade pública, é correto dizer:

- a) Pratica o crime de invólucro ou recipiente com falsa indicação o agente que inculca, em invólucro ou recipiente de produtos alimentícios, substância em quantidade menor que a mencionada.
- b) Empregar, no fabrico de produto destinado a consumo, revestimento, gaseificação artificial, matéria corante, substância aromática, antisséptica, conservadora ou qualquer outra não expressamente permitida pela legislação sanitária é crime hediondo.
- c) A conduta de anunciar cura por meio infalível é atípica, dada a liberdade científica.
- d) O crime de explosão é crime de perigo abstrato, tendo em vista que o tipo penal não exige a efetiva explosão para a configuração do crime.

39. Quanto aos crimes contra as finanças públicas, é correto afirmar que:

- a) Admite-se tentativa no crime de não cancelamento de restos a pagar previsto no artigo 359-F do Código Penal.
- b) A conduta de ordenar despesa não autorizada por lei é tipificada no Código Penal como crimes contra as finanças públicas.
- c) O crime de contratação de operação de crédito só se configura se o agente ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de título da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia.
- d) Incide na forma equiparada ao crime de aumento de despesa total com pessoal no último ano o agente que ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno ou externo com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal.

40. Quanto aos crimes contra a administração da justiça, é correto dizer:

- a) No crime de denuncia caluniosa, a pena é diminuída da sexta parte apenas se a imputação é de prática de contravenção.
- b) Em qualquer modalidade do crime de exercício arbitrário das próprias razões, somente se procede mediante queixa.
- c) Se sujeito ativo comunica a prática de um crime, ato ímparo ou infração ético-disciplinar por determinada pessoa, sabendo que ela é inocente, comete o crime de comunicação falsa de crime ou de contravenção.
- d) Ao indivíduo submetido a medida de segurança detentiva, que busca se evadir, usando de violência contra a pessoa, será imposta a pena prevista no preceito secundário do crime de evasão mediante violência contra a pessoa, além da pena correspondente à violência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

41. Assinale a alternativa correta sobre a ação civil 'ex delicto'.

- a) Poderão promover a execução da sentença penal condenatória, no juízo cível, o réu ou o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.
- b) Deverá o juiz da ação civil suspender o seu curso enquanto não julgada a ação penal relativa ao mesmo fato.
- c) Não impede a propositura da ação civil a sentença absolutória no âmbito criminal, seja qual for o seu fundamento.
- d) Quando o titular do direito à reparação do dano for pobre, a execução da sentença condenatória ou a ação civil caberá à Defensoria Pública e, na sua ausência local, ao Ministério Público.

42. Em relação à competência, considerando o disposto no Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, marque a opção correta.

- a) Dada a autonomia do ente federativo, é possível o estabelecimento, em Constituição Estadual, de foro por prerrogativa a qualquer função e a critério do legislador; o que não impede, contudo, o julgamento dos crimes dolosos contra a vida pelo Tribunal do Júri.
- b) Autoriza-se a separação de processos que tratam de crimes conexos no caso de existir motivo relevante e conveniente, reconhecido pelo juiz de forma discricionária e fundamentada.
- c) Para evitar decisões conflitantes, a conexão justifica a reunião dos processos mesmo que um deles já tenha sido julgado.
- d) Se o juiz, no sumário da culpa e em relação a crimes conexos, vier a desclassificar a infração ou impronunciar ou absolver o acusado, de maneira que exclua a competência do júri, ainda assim deverá proferir sentença.

43. Sobre as exceções, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Penal.

- a) Julgada procedente a suspeição, ficarão nulos os atos do processo principal, pagando o juiz as custas, no caso de erro inescusável; rejeitada, evidenciando-se a malícia do excipiente, a este será imposta multa.
- b) O reconhecimento da suspeição de autoridades policiais nos atos do inquérito depende de prévia manifestação do Ministério Público.
- c) As exceções serão processadas em autos apartados e suspenderão, em regra, o andamento da ação penal.
- d) Se, ouvido o Ministério Público, for aceita a exceção de incompetência, o feito será remetido ao juízo competente, onde, anulados todos os atos anteriores, o processo prosseguirá.

44. Em relação ao interrogatório do réu, julgue as afirmações a seguir, de acordo com a disciplina legal, e marque a opção correta.

- a) O direito ao silêncio do acusado prevalece do começo ao fim, em todas as partes do seu interrogatório.
- b) O ato deve ser presidido e realizado pelo juiz, de modo que eventuais esclarecimentos ou perguntas pelas partes podem ser feitas ao final, se verificada sua pertinência e relevância.
- c) Se o réu confessar a prática do delito, será perguntado sobre os motivos e circunstâncias do fato e se outras pessoas concorreram para a infração, sendo-lhe defeso ficar em silêncio nessa hipótese.
- d) Estando o réu preso, o interrogatório deve ser realizado, ordinariamente, por videoconferência. Não sendo possível a sua realização por incapacidade técnica, será determinado o seu deslocamento até o local da audiência, mediante acompanhamento policial.

45. Sobre os sujeitos processuais, assinale a alternativa correta.

- a) O assistente será admitido enquanto não passar em julgado a sentença, devendo lhe ser sempre possibilitada a produção de provas, desde que mediante requerimento devidamente fundamentado.
- b) Não se aplicam aos peritos as hipóteses de suspeição dos juízes; no entanto, não poderão ser peritos aqueles que tiverem prestado depoimento no processo ou opinado anteriormente sobre o objeto da perícia.
- c) Ao assistente de acusação será permitido propor meios de prova, requerer perguntas às testemunhas, aditar o libelo e os articulados, participar do debate e arrazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público, pelo acusado ou por ele próprio.
- d) O Ministério Público será ouvido previamente sobre a admissão do assistente; havendo concordância e não o admitindo o juiz, não caberá qualquer recurso.

46. Em relação à prisão domiciliar, é correto afirmar:

- a) consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se durante o dia ou com autorização judicial.
- b) aplica-se ao maior de 70 (setenta) anos ou ao acusado extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- c) será cabível quando a presa for mãe, desde que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa ou contra seu filho ou dependente.
- d) considerando que o agente fica confinado em casa, sua aplicação impede a imposição de outras medidas cautelares de forma cumulativa.

47. José foi preso em flagrante pela prática do delito de furto simples (art. 155 do Código Penal, pena de reclusão de um a quatro anos e multa). Não estando presentes os requisitos da prisão preventiva, obteve liberdade provisória com fiança arbitrada no valor de 1 salário mínimo. Nessa situação, é correto afirmar que

- a) o afiançado está obrigado a comparecer perante a autoridade, todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando não comparecer, a fiança será havida como cassada, com perda da metade do seu valor.
- b) se o juiz verificar que, na verdade, o delito praticado foi roubo simples, cuja pena máxima prevista é de dez anos de reclusão, e não há necessidade de outras medidas cautelares, deverá exigir o reforço da fiança, o qual deverá ser prestado sob pena de ineficácia dos efeitos da caução já prestada.
- c) a fiança será quebrada se, futuramente condenado, o acusado não se apresentar para o início do cumprimento da pena definitivamente imposta.
- d) o réu não poderá, sob pena de perda da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de 8 (oito) dias de sua residência, sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado.

48. Em sede de audiência de custódia, realizada em plena vigência e eficácia da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), devem ser tomadas, dentre outras, as seguintes medidas pelo juiz:

- a) relaxamento no caso de verificação que não há necessidade de prisão ou de aplicação de medidas cautelares diversas.
- b) decretação de prisão preventiva ao réu que já respondeu outros processos, independentemente da infração e do resultado desses processos.
- c) homologação do flagrante e decretação de prisão temporária se verificada a presença de materialidade e indícios suficientes de autoria do crime imputado.
- d) concessão de liberdade provisória se não estiverem presentes os pressupostos e requisitos da prisão preventiva, sendo possível a exigência de fiança ou outras medidas cautelares

49. São requisitos obrigatórios da sentença penal condenatória, segundo a lei e a jurisprudência, dentre outros:

- a) a menção às circunstâncias agravantes ou atenuantes definidas no Código Penal, cuja existência seja reconhecida, bem como a sua consideração sobre a pena fixada, independentemente de pedido das partes.
- b) fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, independentemente da existência de requerimento do ofendido ou do órgão de acusação.
- c) decisão sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, bem como aplicação de medida de segurança.
- d) os nomes das partes, a exposição sucinta da acusação e da defesa, a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão, a transcrição dos artigos de lei aplicados.

50. Os autos originais de processo penal extraviados ou destruídos, em primeira ou segunda instância, serão restaurados. O procedimento especial previsto no Código de Processo Penal, nesse caso, deve observar que:

- a) caso ainda não tenha sido proferida a sentença, reinquirir-se-ão as testemunhas, podendo ser substituídas as que tiverem falecido ou se encontrarem em lugar não sabido.
- b) os exames periciais, quando possível, serão repetidos, obrigatoriamente pelos mesmos peritos.
- c) deverão sempre ser inquiridas sobre os atos do processo que deverá ser restaurado, as autoridades, os serventuários, os peritos e mais pessoas que tenham nele funcionado.
- d) as custas serão, em regra, arcadas por ambas as partes de forma igual e sem prejuízo de multa ao responsável pelo extravio dos autos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. A respeito da ação direta de inconstitucionalidade (ADI), conforme redação da Lei 9.868/1999, analise os itens e em seguida indique a assertiva correta.

I. A ADI não admite desistência, uma vez que não há direito subjetivo questionado.

II. No processo de ação direta de inconstitucionalidade, não se admite intervenção de terceiros, exceto a modalidade especial *amicus curiae*.

III. No processo da ADI, tanto o Advogado-Geral da União quanto o Procurador-Geral da República serão ouvidos, cada qual no prazo de dez dias.

IV. Não se admite recurso da decisão que declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em ação direta de inconstitucionalidade.

É verdadeiro somente o que se afirma em

- a) I e IV.
- b) II, III e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.

52. Lei do estado da Paraíba estabeleceu que, durante a vigência de carência contratual, as operadoras de planos de saúde no âmbito do ente federativo não poderão recusar atendimento ou prestação de qualquer serviço aos seus usuários que estejam com quadro clínico ainda não diagnosticado ou com diagnóstico positivo de contaminação pela COVID-19. A respeito do caso narrado, conforme se depreende do texto da Constituição Federal e segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que a competência para legislar sobre Direito Civil, Comercial e Política de Seguros é privativa da União.

b) O Legislativo estadual não pode, sem delegação de competência da União, inovar sobre a imposição de períodos de carências pelas operadoras de planos de saúde.

c) A lei estadual é constitucional, porque dispõe sobre proteção ao consumidor e sobre saúde, assuntos que são da competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.

d) A lei da Paraíba apresenta uma inconstitucionalidade orgânica que pode ser combatida por meio da ação direta de inconstitucionalidade.

53. A respeito do Poder Constituinte, indique a assertiva correta.

a) O Poder Derivado Decorrente é destinado à criação de Constituição estadual e das leis orgânicas municipais.

b) A Constituição Federal não pode ser emendada na vigência de estado de sítio, estado de defesa, estado de calamidade pública e de intervenção federal.

c) Mutação constitucional é uma mudança informal do texto constitucional, alterando-se o sentido, mas preservando-se a redação da Constituição inalterada.

d) A cada cinco anos, a partir de sua promulgação, a Constituição Federal deve passar por um processo simplificado de revisão, de modo que o Congresso Nacional promova as necessárias atualizações em sessão unicameral e com o quórum de maioria absoluta.

54. O estado de Roraima, por emenda à Constituição, instituiu procuradoria jurídica própria para a Universidade estadual, apartada da Procuradoria-Geral do Estado, com carreira e estrutura próprias. A respeito do caso narrado, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal e consoante redação da Constituição Federal, indique a assertiva correta.

a) A unicidade é princípio que rege a advocacia pública, de modo que é vedada a criação de procuradorias autárquicas e fundacionais próprias, salvo as que já existiam antes da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988.

b) A Universidade goza de autonomia suficiente para instituir a sua procuradoria jurídica própria, apartada da Procuradoria-Geral do Estado.

c) A Procuradoria-Geral do Estado promove a representação e a assessoria jurídica dos Estados-membros, compreendida apenas a administração pública direta.

d) A Emenda à Constituição de Roraima é inconstitucional, porque a procuradoria da Universidade somente poderia ser instituída por lei de iniciativa da própria Universidade.

55. Três meses após a posse de João, Presidente da República, a Câmara dos Deputados, por decisão de 3/5 de seus membros, autorizou a abertura de processo por crime de responsabilidade contra o Chefe do Executivo. Encerrada a instrução, tendo sido cumprido o rito processual, o Senado Federal, por decisão de 61 Senadores, condenou João, fato que gerou a aplicação das penas de perda do mandato e inabilitação por oito anos.

A respeito do caso narrado, aponte a única alternativa correta.

a) Em decorrência da inabilitação, pelo período de oito anos, João não poderá exercer direitos políticos ativos e nem direitos políticos passivos.

b) O rito do processo de *impeachment* não observou o regramento constitucional, uma vez que o quórum necessário para autorizar a abertura de processo por crime de responsabilidade é o de 2/3 do total de membros da Câmara dos Deputados.

c) No Senado Federal, 41 votos seriam suficientes para condenar o Presidente da República por crime de responsabilidade, pois o quórum exigido pela Constituição Federal é o de maioria absoluta.

d) No processo por crime de responsabilidade, eventual condenação enseja apenas a perda do cargo, não se admitindo a aplicação de inabilitação.

56. Ao longo do tempo, diferentes conceitos da palavra Constituição foram defendidos por distintos idealizadores, conforme o momento histórico e segundo a concepção de Estado adotada. A ideia de que o fundamento da Constituição não está em uma norma jurídica precedente e nem em si mesma, mas na vontade política que a antecede retrata o sentido

a) sociológico de Constituição.

b) político de constituição.

c) normativo de Constituição.

d) ontológico de Constituição.

57. Acerca da ordem econômica, assinale a opção correta.

- a) São princípios da ordem econômica, dentre outros, a propriedade privada, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- b) A Constituição Federal assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que mediante autorização do Poder Público.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- d) A atividade de garimpagem, ainda que em cooperativas, será reprimida pelo Estado, por meio da aplicação de penalidades, por ofensa ao meio ambiente.

58. O Presidente da República, durante uma coletiva de imprensa, afirmou que mulheres não deveriam ocupar cargos públicos, porque são frágeis. Incisivamente, defendeu que o papel da mulher na sociedade é o de “rainha do lar” e que a inobservância dessa atribuição, que é a vontade divina, tem causado problemas sociais no Brasil, sobretudo a violência doméstica. Após o discurso eloquente, o Chefe do Executivo exonerou todas as mulheres ocupantes de cargos públicos comissionados na Administração Pública Federal e recomendou fortemente que Governadores e Prefeitos adotassem a mesma postura. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta à luz da Constituição Federal.

- a) O Presidente da República é inviolável civil e penalmente por suas opiniões e palavras, motivo pelo qual não poderá ser responsabilizado.
- b) O Presidente da República poderia ter sido preso em flagrante por racismo, crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Na situação, a Câmara dos Deputados, por decisão de dois terços de seus membros, poderia decidir pela concessão da liberdade ao Chefe do Executivo.
- c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não poderia ser responsabilizado pelo ato, que é estranho ao exercício de suas atribuições.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, processar e

julgar o Presidente da República pelo crime praticado. Após instauração do processo, o Presidente deve ser afastado do cargo por até 180 dias.

59. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município de Campos do Jordão, por violação de norma da Constituição estadual, de reprodução obrigatória de dispositivo da Constituição Federal. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta.

- a) O Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro a Constituição Federal.
- b) Da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.
- c) A decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.
- d) A decisão do Tribunal de Justiça, quer seja pela constitucionalidade ou pela inconstitucionalidade da lei municipal, por força do Princípio da Reserva de Plenário, depende da maioria absoluta do Tribunal ou de seu órgão especial.

60. A respeito dos direitos políticos, aponte a assertiva correta.

- a) Para exercer direitos políticos passivos, basta exercer direitos políticos ativos e estar filiado a um partido político.
- b) João sofreu condenação transitada em julgado por uso de documento falso, mas teve a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos. Nesse caso, João, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, não poderá exercer a capacidade eleitoral passiva e nem a capacidade eleitoral ativa.
- c) Ainda que com a finalidade de proteger a probidade administrativa e a moralidade para exercício de mandato, não poderá o legislador, por lei infraconstitucional, estabelecer outros casos de inelegibilidade além daqueles que já foram fixados pela Constituição Federal.
- d) Para combater abuso de poder econômico, corrupção ou fraude, será cabível ação de impugnação de mandato eletivo, no prazo de 10 dias contados da diplomação, instruída com provas, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

DIREITO ELEITORAL

Rafael Barreto

61. Sobre a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, é correto afirmar que:

- a) são integrados por 7 membros, sendo 2 desembargadores do Tribunal de Justiça, 2 juízes de direito, 2 advogados e 1 juiz federal indicado pelo Tribunal Federal de recursos.
- b) o membro do Ministério Público que integra o Tribunal Regional Eleitoral na qualidade de magistrado eleitoral fica impedido de exercer as funções ministeriais durante o período de judicatura e até dois anos após o término do mandato.
- c) são integrados por 7 membros, sendo 2 desembargadores do Tribunal de Justiça, 2 juízes de direito, 1 juiz federal e 2 advogados indicados pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) advogados que guardam relação de parentesco com membros do Tribunal de Justiça não podem ser indicados para o cargo de juiz eleitoral, por

characterizar prática de nepotismo, vedada pela constituição.

62. Acerca das inelegibilidades, é correto afirmar que:

- a) A perda do mandato parlamentar, sob qualquer fundamento, ocasiona a inelegibilidade.
- b) O parlamentar que tiver o mandato cassado por quebra de decoro ficará inelegível para as eleições que se realizarem nos 8 anos após o ato da cassação.
- c) O parlamentar que tiver o mandato cassado por quebra de decoro ficará inelegível desde o ato da cassação até 8 anos após o término da legislatura na qual ele foi cassado.
- d) Se o Presidente da República perder seu cargo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, ficará inelegível para as eleições que se realizarem nos 8 anos seguintes.

63. Pato Donald, candidato a Vereador no pleito eleitoral de 2020, praticou abuso de poder econômico durante a pré-campanha eleitoral. Acerca do fato narrado, e considerando o regime das inelegibilidades, é correto afirmar que:

- a) A Justiça Eleitoral não tem competência para apurar o fato, pois ocorreu no período pré-eleitoral.
- b) O abuso de poder econômico, ainda que ocorrido na pré-campanha, poderá ser apurado mediante uma ação de investigação judiciária eleitoral (AIJE), e se Pato Donald for condenado pelo juiz eleitoral ficará inelegível pelo prazo de 8 anos a contar das eleições, ainda que recorra ao Tribunal Regional Eleitoral.
- c) O abuso de poder econômico, ainda que ocorrido na pré-campanha, poderá ser apurado mediante uma ação de investigação judiciária eleitoral (AIJE), e se Pato Donald for condenado pelo juiz eleitoral somente ficará inelegível se essa decisão for confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- d) O abuso de poder econômico, ainda que ocorrido na pré-campanha, poderá ser apurado mediante uma ação de investigação judiciária eleitoral (AIJE), e se Pato Donald for condenado pelo juiz eleitoral ficará inelegível se essa decisão for confirmada pelo Tribunal Regional Eleitoral ou pelo Tribunal Superior Eleitoral.

64. Sobre o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (Fundo Eleitoral), é incorreto afirmar que:

- a) O Fundo Eleitoral é constituído por dotações orçamentárias da União, sendo destinado aos partidos políticos conforme critérios definidos em lei.
- b) Inexistindo candidatura própria ou em coligação na circunscrição, o partido pode repassar os recursos do Fundo Eleitoral para outros partidos políticos ou candidaturas desses mesmos partidos.
- c) Os partidos políticos devem destinar no mínimo 30% (trinta por cento) do montante do Fundo Eleitoral para aplicação nas campanhas de suas candidatas e, havendo percentual mais elevado de candidaturas femininas, o mínimo de recursos do Fundo Eleitoral deve ser aplicado no financiamento das campanhas de candidatas na mesma proporção.
- d) O partido político tem autonomia para definir os critérios internos de distribuição dos recursos do fundo eleitoral, mas deve divulgar publicamente os critérios definidos, os quais devem ser aprovados pela maioria absoluta dos membros do órgão de direção executiva nacional do partido.

65. Sobre a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) No ano em que se realizar eleição, fica proibida integralmente a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública.
- b) No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto apenas nos casos de calamidade pública ou de estado de emergência.
- c) No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.
- d) Nos anos eleitorais, os programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior poderão ser executados por

entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

66. Em relação aos Atos Administrativos, é correto afirmar:

- a) A Administração não poderá convalidar seus atos inválidos, quando a invalidade decorrer de vício de competência.
- b) Nos atos discricionários, será razão de invalidade a falta de correlação lógica entre o motivo e o conteúdo do ato, tendo em vista sua finalidade.
- c) A convalidação do ato administrativo dispensa formalização por ato motivado.
- d) A motivação do ato no procedimento administrativo não poderá consistir na remissão a pareceres ou manifestações nele proferidos.

67. De acordo com a Lei 14.133/2021, o processo licitatório tem por objetivos, exceto:

- a) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- b) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- c) Assegurar a publicidade dos atos licitatórios durante todo o procedimento.
- d) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

68. Acerca dos Agentes Públícos, é correto afirmar:

- a) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- b) O servidor em desvio de função tem direito ao reenquadramento para o cargo exercido de fato e à remuneração correspondente a partir daquele ato.
- c) Os servidores públicos ocupantes exclusivamente de cargo público em comissão devem aposentar-se compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade.
- d) É constitucional lei estadual que preveja o pagamento de gratificação para servidores que já recebem pelo regime de subsídio quando eles realizarem atividades que extrapolam as funções próprias e normais do cargo.

69. Assinale a alternativa correta sobre Desapropriação.

- a) Ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.
- b) Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios não poderão ser desapropriados pela União.
- c) A desapropriação por utilidade pública deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de dois anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.
- d) Extingue-se em três anos o direito de propor ação que vise a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público.

70. Relativamente aos Consórcios Públícos, nos termos da Lei 11.107/2005, é correto afirmar:

- a) A União poderá celebrar consórcio público com Município, independente da participação do Estado em cujo território esteja situado.
- b) O consórcio público não poderá ser constituído como pessoa jurídica de direito privado.
- c) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da posterior subscrição de protocolo de intenções.
- d) O contrato de consórcio público, caso assim preveja cláusula, pode ser celebrado por apenas 1 (uma) parcela dos entes da Federação que subscreveram o protocolo de intenções.

71. Com relação a nova Lei de Licitações de Contratos Administrativos, Lei 14.133/2021, sobre contratos administrativos, é correto afirmar:

- a) Uma vez celebrados, os contratos não poderão ser aditados para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.
- b) A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da celebração do contrato.
- c) A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro.
- d) O contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração Pública quando conveniente a substituição da garantia de execução.

72. Sobre Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar:

- a) O fato de o acusado estar em licença para tratamento de saúde impede a instauração de processo administrativo disciplinar.
- b) No PAD, a alteração da capitulação legal imputada ao acusado enseja nulidade.
- c) Declarações prestadas à mídia por autoridade pública, acerca de irregularidades cometidas por servidores públicos a ela subordinados, ensejam, por si só, a nulidade do PAD.
- d) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

73. Acerca da Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Em se tratando de conduta que configure tanto crime contra a administração pública quanto ato de improbidade administrativa, caso já exista investigação criminal em curso instaurada para a sua apuração, o prazo prescricional será o do crime.
- b) No procedimento previsto na Lei de Improbidade Administrativa, configura nulidade absoluta o descumprimento da fase preliminar, que determina a notificação do acusado para apresentação de defesa prévia.
- c) A Lei de Improbidade Administrativa não se aplica às entidades do terceiro setor que administrem recursos públicos recebidos de ente federativo.
- d) A conduta do servidor público estadual que usou, em proveito próprio, veículo da administração pública estadual, para fins particulares configura ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, mesmo que não tenha havido dolo.

74. Nos termos da Lei 11.079/2004, sobre Parceria Público-Privada, assinale a alternativa correta:

- a) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada caso o valor do contrato seja superior a dez milhões de reais.
- b) Admite-se a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos.
- c) A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação na modalidade pregão eletrônico.
- d) A sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos constituem diretriz de contratação de parcerias público-privadas.

75. No que diz respeito ao tema Organização Administrativa, é correto afirmar:

- a) As entidades integrantes da Administração Indireta sujeitam-se ao controle finalístico da pessoa política, por meio do órgão da Administração Direta a que estejam vinculadas, em razão do poder hierárquico da pessoa política que as criou.
- b) Segundo entendimento do STF, as empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos essenciais e próprios do Estado, em condições não concorrentiais, sujeitam-se ao regime de precatórios.
- c) A criação de empresas estatais é expressão da desconcentração administrativa.
- d) É prescindível a autorização legislativa para a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

76. A respeito do processo judicial tributário assinale a opção correta:

- a) O mandado de segurança constitui ação adequada para declarar o direito à compensação tributária, e para convalidar compensação já realizada pelo contribuinte.
- b) Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de trinta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa.
- c) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até o trânsito em julgado da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.
- d) Não cabe exceção de pré-executividade em execução fiscal promovida contra sócio que figura como responsável na Certidão de Dívida Ativa - CDA.

77. Acerca do sistema tributário nacional assinale a alternativa correta:

- a) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.
- b) As hipóteses de responsabilidade tributária regulada pelo Código Tributário Nacional podem ser alteradas por lei ordinária.
- c) É constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivada a fiscalização ao contribuinte específico.
- d) A interrupção da prescrição tributária operada contra um dos obrigados, não prejudica aos demais.

78. Sobre a repartição das receitas tributárias na Constituição Federal assinale a opção correta:

- a) Pertencem aos Municípios 30% da arrecadação do ITR relativo aos imóveis nele situados
- b) Pertencem aos municípios 30% da arrecadação do IPVA dos veículos licenciados em seu território.
- c) A União entregará 20% da receita dos impostos residuais aos Estados.
- d) Pertencem aos Municípios 35% produto da arrecadação do ICMS sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

79. Sobre os impostos de competência do Estados e Distrito Federal assinale a opção correta:

- a) A responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro CTB, abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação.
- b) A capacidade ativa referente ao IPVA pertence ao estado onde o veículo automotor deve ser licenciado, considerando-se a residência ou, no caso de pessoa jurídica, seu domicílio, que é o estabelecimento a que tal veículo vinculado.

c) O imposto de transmissão "causa mortis" é devido pela alíquota vigente ao tempo da homologação da partilha.

d) A Constituição Federal de 05/10/1988 prevê que o ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) será seletivo, ao passo que prevê que o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) poderá ser seletivo

80. No tocante à capacidade tributária passiva prevista no Código Tributário Nacional, uma criança de 10 anos de idade:

- a) possui plena capacidade tributária.
- b) possui capacidade tributária restrita, por se tratar de menor absolutamente incapaz.
- c) possui capacidade tributária relativa até completar 16 (dezesseis) anos de idade.
- d) possui capacidade tributária relativa até completar 18 (dezoito) anos de idade.

81. Sobre o regime constitucional das imunidades assinale a opção incorreta:

- a) Os requisitos para o gozo de imunidade hão de estar previstos em lei complementar.
- b) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em que a empresa não age em regime de monopólio, não estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca.
- c) A imunidade da alínea d do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.
- d) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

82. Sobre a responsabilidade tributária assinale a alternativa correta

- a) A responsabilidade tributária pressupõe duas normas autônomas: a regra matriz de incidência tributária e a regra matriz de responsabilidade tributária, cada uma com seu pressuposto de fato e seus sujeitos próprios.
- b) As hipóteses de responsabilidade tributária regulada pelo Código Tributário Nacional podem ser alteradas por lei ordinária.
- c) Não é devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo da operação for inferior à presumida.
- d) A interrupção da prescrição tributária operada contra um dos obrigados, não prejudica aos demais.

83. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a opção que reflete somente causas de suspensão do crédito tributário:

- a) A isenção e a anistia;
- b) prescrição e a decadência.
- c) A moratória e as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- d) A decisão judicial passada em julgado e a transação.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

84. Acerca do Cheque, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O portador de cheque representativo de mercadoria tem o direito de transferi-lo, de conformidade com as normas que regulam a sua circulação, ou de receber aquela desde que atendido as devidas formalidades, além da entrega do título devidamente quitado.
- b) Consideram-se não escritas no título a cláusula de juros;
- c) A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

d) Para a validade do aval, dado no anverso do título, é necessário além da assinatura do avalista que se coloque por escrito "aval", caso contrário entende-se como endosso.

85. Tem-se que registro do empresário é considerado constitutivo, requisito da atividade empresarial. Além disso inscrição do empresário, no que se refere ao tempo, deve ser requerida no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede:

- a) Antes do início de sua atividade.
- b) Logo após o início de sua atividade.
- c) Antes ou logo após o início de sua atividade.
- d) Antes ou durante o exercício de sua atividade.

86. A convolação da recuperação judicial em falência:

- a) decorre do inadimplemento de obrigação não sujeita à recuperação judicial.
- b) implica na invalidação de atos de administração, endividamento, oneração e de alienação praticados durante a recuperação judicial.
- c) decorre da apresentação do plano de recuperação.
- d) ocorre pelo descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação.

87. Assinale a alternativa que não prospera:

- a) No decorrer do contrato, o devedor fiduciante pode usar do bem conforme sua destinação, porém deixa de ser titular do domínio.
- b) A propriedade fiduciária tem por objeto coisa fungível.
- c) O credor fiduciário adquire o direito de propriedade resolúvel e a posse indireta do bem.
- d) Reconhecida a nulidade do contrato de mútuo destinado à aquisição de bem, extingue-se a alienação fiduciária.

88. Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Na omissão do contrato social da sociedade limitada, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de mais de 1/4 (um quarto) do número de sócios.
- b) Sem prejuízo dos poderes da assembleia dos sócios, deve o contrato instituir conselho fiscal composto de 3 (três) ou mais membros e respectivos suplentes, sócios ou não, residentes no País, eleitos na assembleia anual de sócios.
- c) A convocação da reunião ou da assembleia de sócios é atribuição que pertence, exclusivamente, aos administradores da sociedade.
- d) A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a integralização.

89. Com relação ao estabelecimento empresarial, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto às partes e a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Pessoas Jurídicas, e de publicado na imprensa local.
- b) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, mesmo não contabilizados, continuando o devedor primitivo subsidiariamente obrigado, pelo prazo de três anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- c) A transferência do estabelecimento importa a subrogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se não tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em noventa dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.
- d) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos dez anos subsequentes à transferência; no caso de arrendamento ou usufruto

do estabelecimento, a proibição persistirá durante o prazo contratual, não podendo ser superior a cinco anos.

90. Considere que determinada sociedade limitada constituída por três sócios, sendo um deles o sócio administrador, ainda não esteja com seu capital social totalmente integralizado. Nessa situação, a responsabilização

- a) deverá recair primeiramente sobre os sócios que ainda não tiverem integralizado suas quotas de capital social.
- b) dos sócios restringir-se-á aos valores de suas quotas de capital.
- c) dos sócios será subsidiária, devendo o sócio administrador ser responsabilizado em primeiro lugar.
- d) será solidária em face da não integralização total do capital social.

91. Cheque é título de crédito sacado contra instituição financeira e que

- a) para a execução contra o emitente, tem prazo prescricional de 6 meses a contar de sua emissão.
- b) para execução contra o emitente, depende de prévio protesto por falta de pagamento.
- c) depois de prescrito, não pode estribar ação monitória relativa ao respectivo crédito.
- d) depois de prescrito, pode ser objeto de ação de locupletamento contra o emitente.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

92. Assinale a alternativa correta quanto à competência em matéria ambiental:

- a) A competência para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas é concorrente entre União, Estados e DF.
- b) Lei complementar poderá fixar normas para a cooperação entre os entes federativos no âmbito da competência administrativa comum. Entretanto, essa lei complementar, no que se refere à preservação do meio ambiente, ainda não foi editada.
- c) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre atividades nucleares de qualquer natureza.
- d) Compete aos Municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

93. Assinale a alternativa correta acerca da política urbana:

- a) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- b) Os títulos da dívida pública, utilizados na desapropriação sancionatória urbana, terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até vinte anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.
- c) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até cento e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- d) Na ação de usucapião especial urbana é facultativa a intervenção do Ministério Público.

94. Corresponde ao conceito de unidade de conservação, trazido pela Lei Federal nº 9.985/2000:

- a) Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.
- b) Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
- c) Definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.
- d) A atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

95. A localização da área de Reserva Legal no imóvel rural deverá levar em consideração os seguintes estudos e critérios, exceto:

- a) O Zoneamento Ecológico-Econômico.
- b) As áreas de maior importância para a conservação da biodiversidade.
- c) As áreas de menor fragilidade ambiental.
- d) O plano de bacia hidrográfica.

96. Alberto alugou, da empresa X (locadora), um trator, que foi usado na prática de uma infração ambiental. O órgão ambiental, ao lavrar o auto de infração, acabou por apreender o trator utilizado na prática da referida infração ambiental. Quanto a esta hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) O órgão ambiental, para manter a apreensão do trator, deverá comprovar que ele era utilizado específica, exclusiva e rotineiramente na prática do delito ambiental.
- b) Após a medida de apreensão do trator, a autoridade administrativa oportunizará o direito de defesa ao proprietário do bem antes de decidir sobre sua destinação.
- c) Não é exigido daquele que realiza a atividade de locação de veículos adotar garantias para a prevenção e o resarcimento dos danos causados pelo locatário.
- d) Cumpre a Alberto comprovar a boa-fé da locadora, demonstrando que, pelas circunstâncias da prática envolvida e apesar de ter tomado as precauções necessárias, não tinha condições de prever a utilização do bem no ilícito ambiental.

97. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos:

- a) Com vigência por prazo determinado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos.
- b) Com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 10 (dez) anos, a ser atualizado a cada 5 (cinco) anos.
- c) Com vigência por prazo determinado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 10 (dez) anos.
- d) Com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos.

98. A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, na seguinte circunstância:

- a) Necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água.

- b) Ausência de uso por cinco anos consecutivos.
- c) Necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse particular, para os quais não se disponha de fontes alternativas.
- d) Necessidade de se prevenir ou reverter grave crise política.

99. Quanto à tutela constitucional do meio ambiente, assinale a alternativa correta:

- a) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em decreto federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- b) Não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.
- c) Aquele que explorar recursos minerais fica facultado recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- d) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, facultando-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

100. Possui legitimidade para requerer o cancelamento ou a impugnação, em nome próprio, do registro de agrotóxicos e afins, argüindo prejuízos ao meio ambiente, à saúde humana e dos animais:

- a) Qualquer cidadão, desde que esteja no pleno exercício dos direitos políticos.
- b) Qualquer senador.
- c) Qualquer partido político.
- d) Entidades legalmente constituídas para defesa dos interesses difusos relacionados à proteção do consumidor, do meio ambiente e dos recursos naturais.

Preencha seu Gabarito!

[**https://bit.ly/Simulado-TJSP-Magistratura-02-10**](https://bit.ly/Simulado-TJSP-Magistratura-02-10)

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

[**http://bit.ly/Assinatura-ECJ**](http://bit.ly/Assinatura-ECJ)

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

[**https://bit.ly/Sistemas-de-Questões**](https://bit.ly/Sistemas-de-Questões)